



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : OPERAÇÃO FIM DA LINHA

Operação mira infiltração do crime organizado nas concessões de ônibus

— MP de São Paulo, Cade e Receita, após quatro anos de investigação, chegam a rastro de elo entre PCC e poder público; ex-contador de Lulinha é alvo de mandado de busca

MARCELO GODOY

Duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, suspeitas de terem sido criadas com dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC), foram alvo ontem da Operação Fim da Linha, a maior já feita até agora contra a infiltração do crime organizado no poder público municipal no País. Trata-se do resultado de uma investigação de quatro anos feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, pela Receita Federal e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Quatro pessoas foram presas. Há indícios de que empresas foram usadas pelo PCC para lavagem de dinheiro. A movimentação investigada na Operação Fim da Linha chega a R\$ 732 milhões.

Em 19 fevereiro deste ano, o **Estadão** revelou documentos oriundos de investigações em vários Estados que apontavam na direção da operação de ontem: mostravam como integrantes do PCC e do Comando Vermelho (CV) estavam se infiltrando na política municipal para se beneficiar de contratos milionários com prefeituras. A partir dali, uma série de reportagens indicou como o crime organizado procura gestões municipais e Câmaras Municipais como intermediárias para controlar contratos do setor de transporte público.

OFENSIVA. Na ação de ontem, os promotores cumpriram 52 mandados de busca e apreensão no Estado, com o auxílio de 340 policiais de cinco batalhões da Tropa de Choque da Polícia Militar. A Justiça decretou a prisão de três acionistas das empresas e de um contador, e determinou medidas



Operação Fim da Linha, em São Paulo; ofensiva mobilizou 340 policiais, promotores e representantes da Receita Federal e do Cade

cautelares contra outros cinco investigados. Também foi decretado o bloqueio de R\$ 684 milhões em bens dos investigados para o ressarcimento das vítimas e em razão de danos coletivos provocados pela atuação das empresas.

Por decisão da Justiça, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwólf e UPBus, alvos da operação. Elas serão geridas por comitês da gestão municipal. Nunes disse que o serviço não será paralisado. “Não

haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas”, disse o prefeito de São Paulo (*mais informações na página ao lado*). As duas empresas, juntas, transportam, em média, 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo.

O **Estadão** não conseguiu localizar as defesas das empresas Transwólf e UPBus, bem como a dos diretores que tive-

Danos coletivos

R\$ 684 mi foram bloqueados em bens dos investigados para o ressarcimento de vítimas e em razão de danos causados pela atuação das empresas sob suspeita

ram suas prisões decretadas ou foram alvo de medidas cautelares alternativas. Também não conseguiu encontrar as de-

fesas dos que tiveram seus bens bloqueados.

Em relação ao grupo Transwólf foram expedidos dez mandados de buscas contra empresas e dez outros nas casas de diretores das companhias, de contadores e advogados. Um dos suspeitos foi preso em flagrante porque, durante as buscas, forma encontrada arma em seu imóvel.

Entre os diretores de empresas que tiveram a prisão decretada estão o presidente da Transwólf, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora. Ele foi

Alvo do MP, contador e mulher ganharam 640 vezes na loteria

Alvo de mandado de busca e apreensão, ontem, na Operação Fim da Linha, o contador João Muniz Leite, de 60 anos, é suspeito de envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro da facção Primeiro Coman-

do da Capital (PCC) pela empresa de ônibus UPBus.

Quando começou a ser investigado, em 2021, no âmbito da Operação Ataraxia, do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (De-

narc), Muniz era suspeito de ter amalhado 55 prêmios na loteria. Ao ser ouvido pelos policiais, meses depois, ele admitiu ter ganhado 250 vezes nas mais diversas loterias, conforme revelou o **Estadão** em feve-

reiro. Mas o número não para de crescer. Desta vez, dados trazidos à investigação pela Polícia Federal mostram que ele e a mulher, Aleksandra Silveira Andriani, ganharam, juntos, 640 vezes em sorteios como

Lotofácil, Mega Sena e Quina.

VALORES. No caso de Aleksandra, foram 462 prêmios, entre 18 de dezembro de 2020 e 25 de novembro de 2021, recebendo R\$ 2,45 milhões – após ter apostado R\$ 2,14 milhões. Já o marido, no período de 3 de janeiro de 2019 a 17 de abril de